

## Informe

informe@ofluminense.com.br

### Novo imposto será difícil de aprovar

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse na quinta-feira (19) que não há ambiente político para a criação de um imposto sobre transações financeiras digitais. Na quarta (18), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a equipe econômica estuda a criação de um imposto sobre transações para financiar a desoneração da folha de pagamento. “Essa é uma agenda que vai ter muita dificuldade de avançar [no Parlamento], na Câmara é praticamente impossível”, avaliou, após café da manhã com jornalistas na Residência Oficial da Câmara.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Rodrigo Maia disse que o imposto atingiria o cidadão mais simples

### Não passa na Câmara, diz Maia

“Não [passa na Câmara], porque esse é um imposto que é regressivo e que mais uma vez atinge o cidadão mais simples. A justificativa de que é para evitar a sonegação não é verdadeira, e em 2007 nós provamos isso. Tem uma lei que cuida desse tema. Todas as transações serão, ao longo dos próximos anos, sempre digitais. Então, cada vez se dificulta mais a sonegação, independente de uma nova tributação e essa tributação ainda exporta imposto. Quer dizer que gera menos competitividade para o setor produtivo brasileiro. Então, não há nenhum ganho”, acrescentou o deputado.

### Quase 100 mil empregos criados

Beneficiada pelo comércio e pelos serviços, a criação de empregos com carteira assinada atingiu, em novembro, o oitavo mês seguido de crescimento. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), da Secretaria de Trabalho do Ministério da Economia, 99.232 postos formais de trabalho foram criados no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões. Este foi o melhor nível de abertura de postos de trabalho para novembro desde 2010, quando as admissões superaram as dispensas em 138.247.

### PIB de 1,1% em 2019, prevê Ipea

O Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, deve ter crescimento de 1,1% este ano e de 2,3% em 2020. A previsão é do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e foi divulgada nesta quinta (19), no Rio de Janeiro. Segundo a análise, a expectativa de crescimento no quarto trimestre de 2019 é de 0,4%. A estimativa anterior do Ipea era de aumento de 0,8% no PIB em 2019. Para 2020, o PIB foi revisado de 2,1% para 2,3%.

### Projeção próxima à do BC

A projeção do Ipea é muito próxima da divulgada pelo Banco Central (BC), em Brasília. Segundo o BC, a previsão para a expansão do PIB em 2019 passou de 0,9%, previsto em setembro, para 1,2%. Para 2020, a projeção para o crescimento do PIB foi revisada de 1,8% para 2,2%.

### João de Deus é condenado

A Justiça de Goiás condenou nesta quinta-feira (19) o médium João de Deus a 19 anos e quatro meses de prisão por abuso sexual contra mulheres que o procuravam em busca de tratamento espiritual, em Abadiânia, interior do estado de Goiás.

### Primeira sentença

A sentença é a primeira proferida envolvendo o médium, que está preso desde dezembro de 2018, quando surgiram as primeiras denúncias. O MP-GO apresentou mais de dez denúncias contra João de Deus, por estupro de vulnerável e violação sexual.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



O médium João de Deus está preso desde dezembro de 2018

# Ministério vai antecipar ajuda para Saúde do Rio

Ministro Mandetta diz que recursos devem chegar à prefeitura até dia 28

Tomaz Silva/Agência Brasil



Henrique Mandetta prometeu acompanhar semanalmente a situação do Rio

O ministro da Saúde, Henrique Mandetta, comprometeu-se nesta quinta-feira (19) a antecipar a transferência da segunda parcela de R\$ 76 milhões da ajuda emergencial para o setor de saúde do município do Rio de Janeiro. Os recursos, que seriam transferidos apenas em janeiro, deverão chegar à prefeitura até o dia 28 deste mês.

Além disso, Mandetta prometeu realizar reuniões semanais para acompanhamento da situação do município. As reuniões contarão com a presença de representantes federais, do estado e do município, além de parlamentares. O ministro descartou a possibilidade de intervenção federal na área de saúde do município.

“Fazendo os esforços, a gente vai antecipar e vai fazer esse repasse ainda neste exercício. Até o dia 28, espero estar com já essa segunda [parcela] depositada”, disse Mandetta, após participar de reunião nesta quinta-feira com a secretária municipal de Saúde, Beatriz Busch, e o secretário estadual de Saúde, Edmar Santos. A reunião contou também com a presença de parlamentares.

Diante da greve de servidores terceirizados da saúde por atraso no pagamento de salários, o governo federal comprometeu-se a transferir R\$ 152 milhões à prefeitura. Os recursos são parte do valor que a prefeitura vinha cobrando na Justiça como dívida do governo federal pela municipalização

de unidades de saúde a partir de 1995. Esse valor será dividido em duas parcelas. De acordo com o ministro, a primeira parcela, de R\$ 76 milhões, já foi depositada.

Segundo Mandetta, para superar a crise na saúde do Rio, é necessário ainda empenho do estado e do município para garantir os insumos necessários aos atendimentos. “Não adianta fazer apenas o pagamento do trabalhador, porque existem ainda os insumos e, em um situação dessas, voltar o trabalhador sem os insumos seria um esforço muito grande que não se traduziria em atendimento para a população.”

Mandetta comprometeu-se também a realizar reuniões semanais com os gestores estaduais e municipais. “Como

a gente faz com o paciente, a gente vai acompanhando”, explicou o ministro, que considerou necessário discutir as crises sucessivas no Rio. “Isso não se repete em outras unidades da federação”, afirmou.

Para a secretária municipal de Saúde, a situação está sendo resolvida e os pagamentos atrasados estão sendo feitos. “Foi essencial nessa reunião a antecipação desses recursos, que virão em boa hora para suprir não só a questão de salários, como também de insumos”, afirmou. “A gente está trabalhando e vai superar esse momento”, acrescentou.

Mandetta negou a instalação de um gabinete de crise. A deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), que participou da reunião, no entanto,

disse que as reuniões semanais constituem a instalação de um gabinete de crise. As reuniões já estão marcadas e começam na próxima semana. Segundo Jandira, o acompanhamento do estado e do governo federal é fundamental para que a saúde do Rio de Janeiro se recupere. “Não acreditamos que o município sozinho vá enfrentar isso”, afirmou a deputada.

**Greve dos servidores** – Os servidores terceirizados estão em greve desde o dia 10 deste mês. São agentes comunitários de saúde, farmacêuticos, técnicos de enfermagem, entre outros profissionais, que estão sem receber salário desde outubro.

Os trabalhadores afetados pela falta de pagamento são os contratados por organizações sociais, que recebem recursos da prefeitura para administrar unidades de saúde. Nas unidades administradas por essas organizações, o atendimento ficou restrito a 30% do quadro de profissionais. A paralisação afeta principalmente clínicas da família e centros municipais de saúde.

De acordo com os sindicatos que representam esses trabalhadores, os pagamentos estão sendo feitos, embora ainda faltem os repasses de benefícios como os vales-transporte e alimentação. À medida que vão sendo pagos, os profissionais estão voltando à atividade. ■

# MPF denuncia presidente da OAB-RJ por crime de calúnia

Denúncia também pede o afastamento de Santa Cruz por acusação contra Moro

Tomaz Silva/Agência Brasil



Defesa de Felipe Santa Cruz disse que vai recorrer ao Conselho Nacional do MP

O Ministério Público Federal (MPF) denunciou na quinta-feira (19) o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Felipe Santa Cruz, pelo crime de calúnia. Na ação, o procurador Wellington Divino Marques de Oliveira, responsável pelo caso, pede o afastamento de Santa Cruz do cargo.

Segundo o MPF, o presidente da OAB caluniou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, durante uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo, em julho deste ano, quando afirmou que Moro “usa o cargo, aniquila a independência da Polícia Federal e ainda banca o chefe da quadrilha ao dizer que sabe das conversas de autoridades que não são investigadas”.

Na denúncia apresentada à

Justiça Federal no Distrito Federal, Marques de Oliveira afirma que Santa Cruz tem conduta “não condizente ao cargo”.

“O atual presidente, Felipe Santa Cruz, utiliza o

manto de uma das principais instituições no Estado Democrático brasileiro para agir como militante político e impor sua visão política pessoal ao arrepio dos de-

veres institucionais da OAB”, disse o procurador.

**Defesa** – Em nota, o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, disse que a defesa de Santa Cruz recebeu a notícia da denúncia e do pedido de afastamento “com perplexidade e indignação”. Kakay também disse que vai entrar com uma ação de abuso de autoridade no Conselho Nacional do Ministério Público contra o procurador autor da ação.

“Com todo o respeito que devotamos à instituição do Ministério Público Federal, tal postura é um atentado à liberdade de expressão, de crítica e fragiliza o ambiente democrático, que deve ser a regra num país livre, maduro e com as instituições fortalecidas”, afirmou. ■

# Negócios de baixo risco têm dispensa de permissão e alvará

Mudança, já prevista em lei, foi regulamentada para entrar em vigor

Os negócios ligados a atividades de baixo risco estão dispensados de obterem autorização, permissão, liberação ou alvará para funcionarem. A mudança consta de decreto publicado nesta quinta (19) no Diário Oficial da União que regulamenta a Lei de Liberdade Econômica.

A dispensa de licença estava prevista pela lei, mas precisava ser regulamentada para entrar em vigor. Até 1º de junho de 2020, cada um dos 181 órgãos federais deverá definir uma classificação de níveis de risco (baixo, médio e alto) para cada atividade regulada por eles.

Para as atividades de baixo risco, o governo dispensará qualquer emissão de alvará, autorização ou permissão. As atividades de risco moderado terão um sistema de aprovação automática. Basta o empresário apresentar autodeclarações ou laudos de profissionais técnicos para obter a liberação.

Somente as atividades de alto risco continuarão com o sistema tradicional de licenciamento, com a utilização de recursos públicos e de funcionários para fiscalização e análise. “Para as atividades de alto risco, você vai ter o foco

total do Estado para garantir a segurança da sociedade brasileira”, explicou o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Paulo Uebel.

O decreto também regulamentou outro mecanismo da Lei de Liberdade Econômica para dispensar a emissão de alvarás em algumas situações. Chamado de aprovação tácita, o instrumento concede a liberação automática caso o Poder Público não responda os pedidos de liberação de funcionamento dentro do prazo. ■

### Trump pode perder cargo

A Câmara dos Representantes dos Estados Unidos aprovou na noite de quarta-feira (18) o impeachment do presidente Donald Trump. Os deputados aprovaram dois artigos para cassar Trump, um por abuso de poder e outro por obstrução ao Congresso. O julgamento segue para o Senado, de maioria republicana. O Senado dos Estados Unidos é que decide, por maioria de dois terços, se vai afastar o presidente Donald Trump do seu cargo. Esta é a terceira vez que há um processo de impeachment na história americana, mas nunca nenhum presidente foi cassado. ■